



## ATA DE PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias de julho de 2024, às nove horas e trinta minutos, na sala 104 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, reuniu-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Porto Alegre – COMSANS em plenária ordinária. Estavam presentes na plenária, os seguintes conselheiros: Vanusa da Rosa (instituições religiosas) Raquel Apratto Maciel (SMED), Vivian Pierobom Stein e Carla Almeida Schimidt (SMDS), Oscar Peliccioli (SMDET), Vera Regina Mejolaro Santos (SESC Mesa Brasil), Jaime Alves (povos indígenas), Geneci Flores (Quilombos). Representando o Fórum Fome Zero estiveram presentes Éclair da Silva Fernandes, Cintia de Lima Machado, Geneci Feijó Alves do Amaral, Cenira Pinheiro Almeida, Humberto Soares de Souza, Ana Paula Pavão da Silva, Maria Belquiz Moreira Santos, Rosani Fátima da Silva, Hilário José de Couto, Jorge da Silveira Teixeira. Além disso, estiveram presentes os seguintes visitantes: Rudinei Fernandes e Gabriela Teixeira. Dando início a plenária, a conselheira Vivian Stein, deu as boas-vindas a todos. Começando pelos informes, dizendo que todos as plenárias são abertas a qualquer pessoa, mesmo os que não sejam conselheiros, que podem se manifestar, porém não tem direito a voto. Passou a palavra aos participantes perguntando se teriam informes. Dando continuidade à pauta do dia, sobre a formação da comissão eleitoral, informou que terá que terminar as eleições municipais para a publicação do Edital de eleição do COMSANS. O conselheiro Jaime, disse que as políticas públicas de segurança alimentar não estão chegando nos povos indígenas/tradicionais, nem recursos que podem ajudar. Que existem muitos impasses, inclusive territoriais e que a luta é grande, mas pouca efetivação de ingresso nas políticas públicas. Queixou-se que inclusive nunca chegou um Secretário de Educação nos territórios indígenas. A conselheira Vivian sugeriu que o Sr. Jaime agendará uma reunião com o Guilherme, que é responsável pela área de indígenas na SMDS. Em seguida, a conselheira Vivian informou que recebeu um e-mail do Fórum dos Indígenas, nesta manhã, indicando os conselheiros para o COMSANS, na qual não autoriza o Fórum Fome Zero a indicar representante indígenas. O conselheiro Oscar Peliccioli pediu a palavra e falou que está no COMSANS desde 2007 e que precisamos fortalecer o Fórum de Segurança Alimentar de Porto Alegre. Pediu para verificar quantos presentes eram do governo e quantos da sociedade civil, para verificar a representação da coletividade na plenária. Quer seja governo ou sociedade civil, todos devem ser cobrados da presença nas plenárias, por ofício. Temos que fortalecer o Conselho, pois quem é conselheiro precisa vir aqui. Em seguida a conselheira Vanusa, representante das instituições religiosas, relatou que trabalhou sempre na pauta de segurança alimentar e está no

governo do Estado, onde ajudou a criar o Decreto de Segurança Alimentar e o Plano Estadual de Segurança Alimentar. Mencionou que a presidente Milena comentou, em 2023, que o assento das instituições religiosas não estava ocupado. A conselheira mencionou que o assento estava desocupado desde 2017, que era ocupado pela Sociedade Espírita e que a conselheira desencarnou. A indicação da Conselheira Vanusa veio por ofício, da Sociedade Espírita, há um ano e desde então está participando. Fala que a questão de falta de quórum neste conselho é preocupante. Estes espaços precisam se organizar para não deixar desatendidas as cozinhas comunitárias, que precisam da ajuda do Conselho, pois a função é garantir o acesso ao alimento. Acha que não deve haver briga, pois não ajuda no fortalecimento das políticas de segurança alimentar e que possa acolher os espaços de segurança alimentar e outros públicos. Fala que Sr. Jaime tem razão quando coloca as angústias quando volta ao seu território e não tem encaminhamentos para relatar. Fala que é importante o Conselho ter uma secretária executiva, garantida pelo município. Oscar falou que não adianta algumas instituições ter assento no conselho e não participar. Deu exemplo da agricultura que tem 3 assentos e não participa ninguém. Cenira perguntou se os que faltam não recebem a convocação ou não vem por que não querem/podem? Foi informado que todos recebem a convocação. Geneci Flores, do Quilombo Flores, falou que participava bastante, quando estava desempregada, porém agora, em função do horário das plenárias tem dificuldade de participar. Pediu que as plenárias fossem híbridas, para poder participar, quando estiver no trabalho. Comentou que as plenárias do ano passado eram com assuntos repetitivos e não evoluíam. Vivian comentou com a plenária que a comissão provisória está tentando organizar a documentação dos últimos dois anos. Em seguida, a conselheira Rosane falou que levou para os conselheiros do Fórum Fome Zero a proposta que foi apresentada na reunião com a SMDS e que o Conselho precisa estar forte para ordenar as cozinhas solidárias. Conselheiro Jorge falou que o Conselho tem 3 missões: ordenar a casa, a questão do inchaço, e precisa ter uma comissão que possa passar a informação de quem chega, nos próximos pleitos eleitorais. Falou que não podemos depender de quórum para encaminhar assuntos. Raquel disse que ele falou do verdadeiro conceito de segurança alimentar e nutricional, que envolve também o social. Rosane fala que conversou entre os integrantes e diretoria do Fórum Fome Zero e pediu que constasse nesta ata que abriram mão de indicar quilombos, pescadores e indígenas, que podem seguir sem indicação do Fórum Fome Zero, mas que lutarão com suas próprias pernas e não deverão cobrar do Fórum o recebimento de alimentos e qualquer outro benefício intermediado pelo Fórum Fome Zero, junto à prefeitura ou outros órgãos de segurança alimentar. Vera explicou para Raquel a questão da representação direta, que se deu a partir da saída do Fórum Fome Zero e os povos tradicionais indicaram seus representantes. Para a nova lei, Rosane disse que o Fórum Fome Zero ficaria somente com a indicação de conselheiros do movimento negro, microrredes e mais

5 vagas. Vanusa falou que entende que o Fórum tem seu próprio regimento e sabe que em 2007 o prefeito aprovou a lei 577 entendendo que, naquela época, o Fórum tinha condições de indicar as representações dos povos tradicionais. Mas questionou se tinha entendido certo a proposta do Fórum que seria que estes povos não participariam mais das ações sociais que o Fórum promove, inclusive o acesso aos alimentos e demais benefícios? Rosane menciona que sim, que os povos terão autonomia para buscar as atividades em suas entidades. Jaime falou que a lei municipal diz uma coisa, mas o direito dos povos é diferente. Oscar explicou para Sr. Jaime que precisamos alterar a lei, para indicação direta dos povos tradicionais. A visitante Gabriela falou que trabalhou no Comsams em 2006 a 2009 e que depois foi para Angola. Voltou em 2019 para Porto Alegre e se deparou com outra realidade de segurança alimentar, parecendo que voltamos na estaca zero. Ela concorda que o Fórum atenda somente as pessoas que poderá indicar. O visitante Rudinei pediu a palavra, falando que é do Sindicato dos Metalúrgicos, nascido na cidade Rio dos Índios. Entende o que a Rosane fala é que os povos que querem ser indicados pelas suas instituições representativas e caminhar sozinhos, e que é contraditório ter representação no Conselho por dois espaços. Vera pediu a palavra para explicar, ao visitante Rudinei, que o Fórum Fome Zero pediu para se retirar do Conselho, há alguns anos, levando consigo a possibilidade de participação e representatividade dos povos tradicionais. Desta forma, as entidades representativas, destes povos, indicaram representantes de titular e suplente, que passaram a participar durante estes anos. No último pleito eleitoral deste Conselho, foi formada uma chapa para a Mesa Executiva com representantes dos indígenas, povos de matriz africana e movimento negro. Pela lei 577, estes conselheiros teriam que ter sido indicado pelo Fórum Fome Zero. Na época, a comissão eleitoral consultou a área jurídica da prefeitura, justamente porque estas pessoas não eram representantes do Fome Zero e poderia ter a eleição impugnada. A área jurídica deu parecer favorável para continuação do processo eleitoral, que foi efetivado. Porém, depois da eleição, o processo foi judicializado por uma entidade deste Conselho, questionando a sua legitimidade. Vanusa fala que uma ata do Conselho não poderia passar por cima de uma lei, ao receber o ofício de que o Fórum Fome Zero sairia do Conselho. Agora o Fórum voltou, indicou conselheiros e está no seu direito, conforme a lei. Mas sugere que os representantes das etnias participem como visitantes, sem direito a voto, para não se errar novamente. Carla fala que foi solicitado ao Fórum Fome Zero que as pessoas representantes dos povos tradicionais que já estão aqui trabalhando, nestes últimos pudessem ficar e não serem retiradas. Porém o Fórum falou que não aceitaria indicação. Sr. Hilário falou que o Moisés fez um acordo com o Fórum Fome Zero e entende que o Sr. Jaime não se sente representado pelo Moisés. Os pescadores e quilombos, a mesma coisa. Sugere que o Fórum dos Indígenas se reúna com o Fórum Fome Zero, com a Colônia Z5 e Movimento Quilombola. Rosane fala que na última eleição o Cacique Moises, a Milena e Pai Zeca fizeram uma reunião

147 com o Fórum Fome Zero para que eles fossem indicados pelo Fórum,  
148 para eleição e depois se candidataram sem a indicação do Fórum.  
149 Recentemente, cacique Moisés fez uma reunião e disse que os  
150 indígenas estariam participando do Fórum Fome Zero. Rosane falou  
151 que o Fórum Fome Zero não veio nesta plenária para dizer que tivesse  
152 alguma coisa contra o representante dos indígenas, dos quilombos.  
153 No Fórum Fome Zero tem um representante indicado por outro  
154 cacique. Falou que não pretende ir mais em reunião dos indígenas.  
155 Seu Jaime disse que não tem nada a ver com o Fórum Fome Zero e  
156 que o Moisés trabalha na FUNAI e por isso não participa mais do  
157 COMSANS e ele veio substituir o Moisés. Encerrada a discussão, e  
158 em função do avançado da hora, deu-se andamento na pauta de  
159 eleger a comissão eleitoral. Foi colocado o convite a todos os  
160 conselheiros presentes. Se candidataram Jorge Alvício da Silveira  
161 Teixeira (Fórum Fome Zero), Carla Almeida Schimidt (SMDS) e Cintia  
162 de Lima Machado (Fórum Fome Zero). Colocado em aprovação, a  
163 comissão eleitoral foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi  
164 aprovada a Ata da plenária de julho de 2024, por unanimidade. Sem  
165 mais nada a tratar, a plenária foi encerrada as 11:30 minutos. Esta ata  
166 foi redigida por mim, conselheira suplente Vera Regina Mejolaro  
167 Santos.